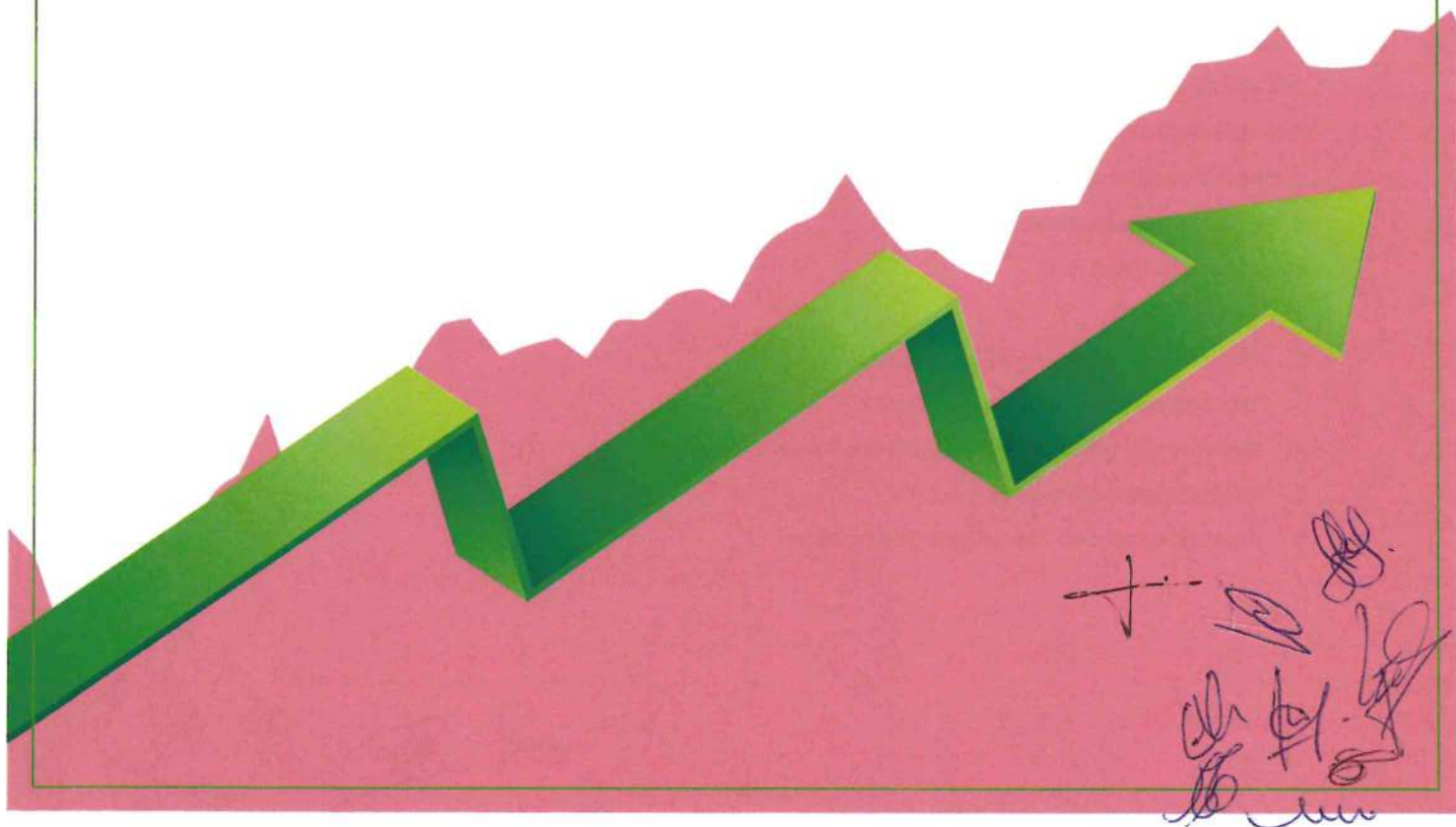




Relatório de Gestão e Contas 2025



ÍNDICE

DISPOSIÇÕES LEGAIS	2
I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES	2
1. Balanço Geral das Atividades e da Gestão	2
2. A Creche	7
3. O Jardim de Infância	7
4. O Atelier de Tempos Livres	8
5. O Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil	8
6. A Creche Familiar	10
7. Reportagem fotográfica e resenha de publicações da imprensa	11
II – RELATÓRIO DE GESTÃO	
1. Introdução	23
2. Comentários ao Balanço	23
2.1. Disponibilidades	23
2.2. Clientes	23
2.3. Fornecedores	24
2.4. Estado	24
2.5. Financiamentos Obtidos	24
2.6. Outras Contas a Receber e a Pagar	24
2.7. Diferimentos	24
2.7.1. Gastos a Reconhecer	24
2.7.2. Rendimentos a Reconhecer	24
2.8. Imobilizado	24
2.9. Capital	24
3. Comentários à demonstração de resultados	25
4. Considerações Finais	27
5. Proposta de Aplicação de Resultados	28
6. Parecer do Conselho Fiscal	29
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
1. Balanço	31
2. Demonstração de Resultados por Natureza	32
3. Demonstração de Resultados por Funções	33
4. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais	34
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa	35
6. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	36



DISPOSIÇÕES LEGAIS

Em cumprimento do disposto na alínea n) do Artigo 58º dos Estatutos do **Centro de Apoio Social e Acolhimento – C.A.S.A. – Bernardo Manuel da Silveira Estrela**, a Direção desta Instituição elaborou o presente Relatório de Atividades e Contas de Gerência referentes ao ano de 2025, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal, colhendo a sua pronúncia sobre os factos aqui expostos, conforme anexo.

Em consonância, ainda, com o estipulado na alínea b) do ponto 1 do artigo 49º dos mesmos Estatutos, será o referido documento submetido à apreciação e votação da Assembleia Geral de Associados.

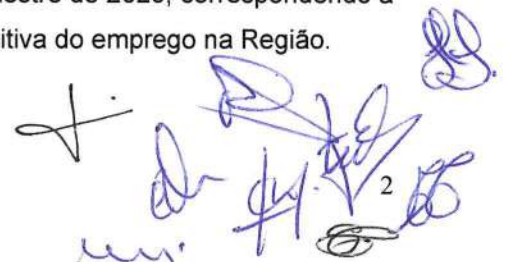
I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. BALANÇO GERAL DAS ATIVIDADES E DA GESTÃO

As economias mundial, europeia, nacional e, naturalmente, regional continuam marcadas pelo signo da instabilidade e fortemente condicionadas pela incerteza a nível geopolítico, inflacionista, mercantil e individual.

Desde 24 de fevereiro de 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia arrastou a Europa e o Mundo para um conflito há décadas não visto e, apesar da crença de que a Humanidade não intentaria mais dessas atrocidades, em 7 de outubro de 2024, homens armados da Faixa de Gaza, liderados pelo Hamas, lançaram um ataque no sul de Israel, matando de forma deliberada civis e iniciando outro sangrento conflito que perdura entre Israel e a Palestina até à data. Tais fatores têm levado a um desequilíbrio dos mercados que, perante as ofensivas e o clima de instabilidade gerado, optaram pela conservação de ativos, pelo encarecimento dos montantes cativos e pelo corte no crédito.

Em 2025, a economia dos Açores manteve sinais de crescimento moderado. De acordo com os dados mais recentes disponíveis, o Indicador de Atividade Económica registou, em junho de 2025, um aumento de 1,8% face ao período homólogo, evidenciando a continuidade da trajetória de expansão, ainda que com sinais de moderação. A taxa de inflação nos Açores, em 2025, fixou-se em 2,13%, revelando um comportamento relativamente estável dos preços. Em linha com a evolução das condições de financiamento, a taxa de juro média das novas operações de crédito à habitação desceu de 3,65%, em dezembro de 2024, para 2,87%, em dezembro de 2025, traduzindo uma redução de 0,78 pontos percentuais. Apesar deste alívio, os encargos financeiros continuam a representar um fator de pressão para muitas famílias e investidores. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego nos Açores foi estimada em 5,1% no 4.º trimestre de 2025, correspondendo a uma taxa média anual de 4,9%, o que traduz uma evolução globalmente positiva do emprego na Região.



Não obstante estes sinais de retoma gradual, subsistiram em 2025 alertas, designadamente no plano institucional e do debate orçamental regional, quanto à sustentabilidade das finanças públicas dos Açores, em particular devido à fragilidade das receitas próprias da Região, realidade que continua a exigir a identificação de novas soluções, internas e externas, para assegurar maior equilíbrio e robustez financeira.

Na ótica institucional, estas variáveis e a inerente ambiguidade do contexto económico e financeiro traduziram-se numa pressão sem precedentes sobre a gestão da Instituição, impondo, numa base diária, sucessivas adaptações processuais e organizacionais, muitas vezes condicionadas por disponibilidades financeiras insuficientes para assegurar respostas com a qualidade programática e contratual exigível. São, por isso, inegáveis os constrangimentos que o C.A.S.A. enfrentou ao longo de 2025 na sua estrutura financeira, particularmente no que respeita à despesa corrente primária, na qual se incluem as prestações sociais e os gastos com o pessoal, como adiante se demonstrará no presente Relatório.


Embora tenha sido concretizada, no final de 2025, uma atualização extraordinária de 4,9% nos valores por cliente contratualizados, a verdade é que, durante grande parte do exercício, a Instituição viveu sob forte pressão de tesouraria, não tendo sido possível constituir, em duodécimos, a provisão necessária para fazer face, com a devida estabilidade, ao pagamento do subsídio de Natal.

Não obstante, manteve-se o firme desiderato dos Beneméritos Fundadores desta nossa «C.A.S.A.», vocacionada para viabilizar e permitir que cada Criança e Jovem possa ser o que quiser, independentemente do seu ADN social, económico ou cultural. Como sempre, em 2025, o trabalho desenvolvido pelas diferentes valências e valiosos Colaboradores do C.A.S.A. alicerçou-se na dinâmica do trabalho colaborativo, na consciência do valor da Criança, do Jovem e da Família e nos pilares da aprendizagem significativa e ativa, antevendo a construção de Cidadãos autónomos e capazes.

A Instituição tem a sua área de intervenção no apoio à Infância, à Juventude e à Família e fê-lo (e fá-lo) quer através do trabalho das suas diversas valências – Creche, Jardim de Infância, Atelier de Tempos Livres (JI / 1ºCEB / 2ºCEB), Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil e Creche Familiar –, quer através de uma progressiva disponibilidade e abertura à Comunidade, que se ramifica nas diferentes parcerias e na busca incessante por possibilidades de novas iniciativas e projetos.

Todas as respostas dadas pelas valências são enquadradas em Acordos de Cooperação Valor-Cliente ou em Acordo de Cooperação Atípico (caso do CDIJ e da parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ), celebrados com o Governo dos Açores. A valência ATL integra o regime de «Estruturas que funcionam no período letivo a meio tempo e nas férias e interrupções letivas a tempo inteiro», conforme o Despacho Normativo n.º 43/2019, de 7 de novembro de 2019.

Paralelamente, a Direção da Instituição procurou outras formas de financiamento, através de candidaturas e de subsídios, intentando a qualidade, a diversidade e a consciência cívica das suas ações, dotando Espaços



e Colaboradores das melhores condições possíveis para o desenvolvimento dos seus papéis junto de cada Utente.

No que concerne a capacidade de Resposta Social, em 2025, o C.A.S.A. teve os seus espaços educativos na plenitude da sua ocupação, como desejado e previsto, de acordo com o quadro que abaixo se apresenta.

Valência	Resposta Contratualizada para 2025	Resposta Preenchida / Frequentada em 2025
Creche	86 Crianças	86 Crianças
Creche Familiar	44 Crianças	44 Crianças
Jardim-de-Infância	40 Crianças	40 Crianças
ATL	100 Crianças	100 Crianças
CDIJ	----- *	92 Jovens
		362 Utentes

* Pela atipicidade que enforma esta resposta social, o CDIJ não trabalha com números pré contratualizados.

Note-se que a valência CDIJ continua a registar, a cada ano, um aumento na frequência de Jovens, fruto, principalmente, do trabalho realizado em parceria com a Escola Secundária da Ribeira Grande – em 2025, iniciou-se o novo ano letivo com o trabalho com mais uma turma dos Cursos de Formação Vocacional (CFV), num acréscimo de mais 12 Jovens.

A par da ocupação total das vagas disponibilizadas, a Lista de Espera registada, em 31 de dezembro de 2025, apresentava 350 Crianças inscritas, distribuídas da seguinte forma:

Valência	Lista de Espera (31 de dezembro de 2025)
Creche	84 Inscrições
Creche Familiar	22 Inscrições
Jardim-de-Infância	77 Inscrições
ATL	167 Inscrições
CDIJ	-----

Os números voltam a demonstrar, sem margem para dúvidas, que mais de 100 famílias continuam sem resposta na cidade da Ribeira Grande, área geográfica de intervenção desta Instituição, já eliminando a normal duplicação de inscrições,

Esta não resposta é o maior constrangimento que, diariamente, se sente, pois, diariamente, são muitos os Pais, Mães, Encarregados de Educação, Tutores e o próprio ISSA a contactar a Instituição para pré-inscrições, inscrições, sinalizações de Crianças que necessitam de uma integração para alcançarem o seu desejado desenvolvimento enquanto seres sociais de plenitude e direitos.



Para além disso, volta a ser necessário refletir sobre o valor subjacente aos Contratos de Cooperação Valor-Cliente que, em 2025, continuou a ser deficitário, apresentando uma natureza financeira e uma formulação distintas da contabilidade instituída nas IPSS, não permitindo uma desejada lisura na alocação de recursos. Face a toda a descrição macro-económica feita e a todas as questões de atrofio financeiro que cada Família, Empresa, Instituição ou Indivíduo enfrenta, é fundamental que a Tutela faça uma análise justa, mas particular, da realidade de cada Instituição para suportar as suas decisões de financiamento, calculando os elevados custos dos bens, dos serviços, das prestações sociais que impactam a estrutura financeira, pondo de parte a atribuição de um valor-padrão, desajustado no tempo e nas necessidades. Ademais, o acréscimo de cerca de 3% a 5% que, nos últimos anos, se tem garantido, é, manifestamente, insuficiente e dilui-se numa inflação pesada; na subida dos custos de produtos e de serviços; na subida de salários, de diuturnidades, de seguros; e na retroatividade de políticas sociais avulsas.

Por fim, outro fator importante a considerar para os valores cada vez menores na Estrutura de Rendimentos e Ganhos desta Instituição é a determinação do Governo dos Açores de isentar na totalidade o pagamento das mensalidades da Creche. Para além do desequilíbrio imediato na referida estrutura (note-se que as mensalidades são a maior fonte de rendimentos próprios das Instituições e, como referido no parágrafo anterior, o valor-padrão estipulado não cobre o custo efetivo de cada Criança), tal decisão política tem implicações, ainda, ao nível social e institucional, pois não se resolveu qualquer necessidade (as listas de espera, inversamente, parecem engrossar a cada dia, mesmo só contabilizando Crianças efetivamente aptas a integrar), descredibilizou-se o valor de um trabalho, e confundiu-se a universalidade de acesso com a gratuidade de serviços. Ademais, a maior problemática sentida é e sempre foi a falta de vagas e não o valor de uma vaga, pois a mensalidade cobrada sempre foi calculada em função dos rendimentos dos Pais e Encarregados de Educação e não de forma arbitrária ou por regulamento individual institucional.

Perante a redução de Rendimentos, a elevada pressão das Listas de Espera e a Consciência e Responsabilidade Sociais deste C.A.S.A., a Direção da Instituição solicitou ao Governo dos Açores, em setembro de 2024, através dos diferentes grupos parlamentares, que comparticipasse um projeto de construção de um novo edifício, para aumentar a capacidade de resposta da sua Creche e do seu ATL, pretensão que está inscrita no Orçamento da Região para 2025 com o montante de 150.000€ (cento e cinquenta mil euros) e que prevê 10 novas salas ao serviço das Famílias, a partir do centro da Ribeira Grande.

Até à data da elaboração do presente Relatório, esta pretensão permanece submetida no âmbito das candidaturas de valor de investimento da Direção Regional da Solidariedade Social, sem que tenha sido, até ao momento, comunicada qualquer decisão formal, não obstante as sucessivas diligências, insistências e pedidos de esclarecimento apresentados pela Direção da Instituição. Tal indefinição tem vindo a agravar a incerteza quanto à concretização atempada do projeto, criando um constrangimento sério à programação técnica, financeira e operacional necessária à elaboração das respetivas peças procedimentais, projetos de execução e subsequente lançamento da empreitada. Acresce que qualquer demora adicional poderá comprometer, de forma material, a possibilidade de enquadramento da operação no âmbito do PO Açores



2030, reduzindo a margem temporal indispensável ao cumprimento das fases de validação, aprovação, contratação e execução da obra, com manifesto prejuízo para a resposta social que se pretende assegurar às famílias.

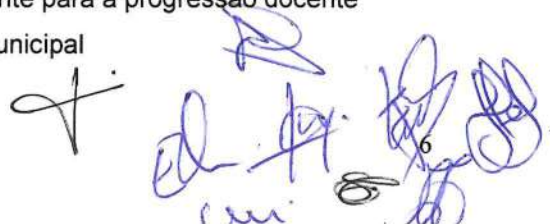
É, pois, evidente, sem falsas pretensões, que, apesar de todos os obstáculos e do intenso garrote financeiro que atrofia respostas e necessidades, a Direção da Instituição e os seus Colaboradores procuraram consolidar o papel do C.A.S.A., alicerçando e alavancando a sua intencionalidade educativa de forma cada vez mais clara.

C.A.S.A. deposita em cada UM, permitindo que Crianças, Jovens e Comunidade se aceitem como Indivíduos e como parcela social, que ousem sonhar e ultrapassar obstáculos, que manifestem as suas necessidades e singularidades, que criem caminhos de solução em Compaixão, que desenvolvam a sua visão crítica, que entendam o contexto do Mundo, que cultivem o sentimento de Solidariedade e Empatia e que lutem por uma Sociedade mais justa e próxima, num respeito permanente pelas idiossincrasias de cada Um, mas na comunhão de um Todo. Acima de tudo, pretendeu-se e pretende-se sempre validar e cultivar o poder transformador da Educação, partindo das necessidades de cada Criança e Jovem em prol da Comunidade na qual se insere. Com gosto, vê-se o C.A.S.A. ganhar a cada ano um espaço muito próprio na referência institucional da ilha de São Miguel.

Em 2025, ano de implementação do novo Projeto Educativo, o Plano Anual de Atividades (PAA) foi ainda mais rico e diversificado, operacionalizando um conjunto de intenções/ações e tornando-se um instrumento de divulgação das dinâmicas desenvolvidas no C.A.S.A.. O PAA foi cumprido e superado nos seus objetivos, tanto na sua vertente social como na educacional, apesar do constante cuidado na contenção de custos, primando-se pelo significativo impacto pedagógico das propostas e, ainda, pela constante motivação profissional.

Destacam-se, então, algumas das atividades de âmbito educativo e estrutural que enformaram os anos letivos de 2024/2025 e de 2025/2026 sob a forma de resenha fotográfica.

- ✓ Celebrações dos 145 Anos do C.A.S.A.
 - desenho e lançamento do logotipo dos «145 Anos»
 - cerimónia comemorativa dos «145 Anos»
 - lançamento do livro C.A.S.A., *Lugar de Felicidade – 145 Anos a permitir sonhar*
- ✓ Certificação do C.A.S.A. pela norma ISO 9001 – Sistema de Gestão de Qualidade
- ✓ C.A.S.A. SOLIDÁRIA (elaboração de cabazes com géneros alimentícios; confeção e distribuição de sopas ao longo do ano);
- ✓ Atribuição de Bolsas de Estudo;
- ✓ Candidatura premiada no âmbito da «Caixa Social» – dotação de espaços interiores e exteriores
- ✓ Realização das XVIII Jornadas da Infância, evento acreditado e relevante para a progressão docente
- ✓ Assinalar de dias temáticos e participação em eventos de promoção municipal



- ✓ Elaboração e apresentação de Estudo Prévio para construção de edifício de ampliação da instituição (10 salas e infraestruturas restantes)
- ✓ Concretização e ultimateção de projetos de arquitetura e de especialidades em curso
- ✓ Arborização dos espaços exteriores e aumento da área de produção de erva para alimento de gado vivo
- ✓ Continua manutenção do património edificado
- ✓ Aquisição de viatura de 7 lugares elétrica para a Creche Familiar
- ✓ Aquisição de equipamento didático para o Jardim de Infância
- ✓ Aquisição reforço da segurança informática
- ✓ Aquisição de plataforma para gestão de salas

A aposta nestas iniciativas procurou melhorar a qualidade dos espaços e dos serviços; facilitar o bem-estar e a aculturação de Colaboradores; favorecer o acolhimento de Crianças e Jovens a par da dinamização de atividades significativas para estes; bem como promover a construção de identidades pessoais e coletivas em consonância com as condições de vida em Sociedade, numa cultura de Democracia e de Direitos Humanos. Pugnou-se, ainda, pela modernização de serviços e pela preservação do património institucional, num garante da sadia continuidade desta centenária C.A.S.A. Tal espetro de atividades também só foi possível graças ao contínuo fortalecimento da coesão social entre a Comunidade C.A.S.A., as Instituições regionais e locais e o meio social, garantindo que todas as Crianças e Jovens possam adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias à promoção e ao desenvolvimento de estilos de vida sustentáveis; à compreensão e aplicação dos Direitos Humanos e da Igualdade de Género; ao incentivo à promoção de uma cultura de Paz e de Não Violência, de Cidadania Global e de valorização da Diversidade Cultural, levando, assim, ao crescimento e ao desenvolvimento equilibrados destes seres sociais em plenitude. A consciência ambiental e a reutilização de diversos materiais continuaram a ser outras valiosas medidas estratégicas e transversais a toda a ação educativa preconizada, assim como à rotina de comportamentos que se pretendem reducionistas e ecológicos, uma vez que o C.A.S.A. quer crescer como Instituição com práticas sustentáveis e conscientes. Em relação a esta última prerrogativa, em 2025, a Instituição recebeu o seu 17º Galardão Eco Escolas (Bandeira Verde).

Realce, por fim, ao facto de a Instituição ter mantido e/ou alargado, parcerias com outras entidades/instituições, nomeadamente a Escola Secundária da Ribeira Grande, a Escola Profissional da Ribeira Grande, a Escola Básica Integrada da Ribeira Grande, a Escola Profissional das Capelas, a Universidade dos Açores, a Universidade do Minho, o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Grande, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, a Junta de Freguesia da Matriz, a Direção Regional da Juventude, a Direção Regional da Educação e Cultura e o ISSA – Instituto de Segurança Social dos Açores. Tudo isto só foi (e é!) possível com o Profissionalismo, a Entrega, a Dedicção e o Sentido de Pertença dos Colaboradores deste C.A.S.A. que, nos mais variados vínculos laborais, são sempre a cara desta Instituição.

Abaixo, quadro ilustrativo dos Recursos Humanos da Instituição.



Vínculo / Relação Jurídica de Emprego	N.º de Colaboradores a 31 de dezembro de 2024	N.º de Colaboradores a 31 de dezembro de 2025
Contrato sem Termo	48 Colaboradores	45
Termo incerto	2 Colaboradores	2
Cedência por Interesse Público	1 Colaborador	1
Estágio	1 Colaboradores	2
CTTS	4 Colaboradores	11
SEI	1 Colaborador	1

Os Órgãos Sociais não foram remunerados nos termos legalmente previstos.

2. A CRECHE

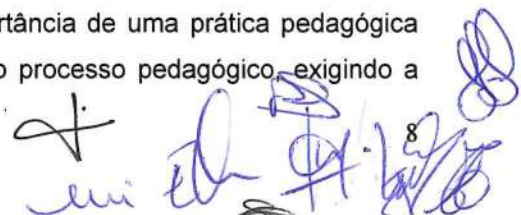
A Creche tem uma capacidade contratualizada para 86 Crianças, dos 4 aos 36 meses de idade. Em 2025, a valência atingiu a sua lotação máxima, mantendo uma lista de espera, como já referido anteriormente, com um elevado número de inscrições sem possibilidade de resposta. Alerta-se, mais uma vez, que essa procura ativa por vaga em Creche tem aumentado significativamente, tanto que, atualmente, a Instituição não consegue garantir a inclusão todas as Crianças nas rotações entre as suas próprias valências.

A Creche, mais do que um apoio à Família, é um espaço essencial para a valorização e emergência de competências cognitivas e linguísticas e, também, para promoção de aptidões sociais e de autorregulação. Este espaço pedagógico é, ainda, encarado como um suporte indispensável para as etapas educativas seguintes. Contextualizando ao máximo as atividades a cada faixa etária e, acima de tudo, às reais necessidades das Crianças como Indivíduos, as principais formas de intervenção das Equipas da Creche alicerçam-se na criação de um ambiente educativo que acolha múltiplas relações, interações e que potencie aprendizagens plurais e significativas. Para validar (se necessário fosse) a prerrogativa de trabalho educativo na Creche do C.A.S.A., em 2024 foram publicadas, pela primeira vez, as Orientações Curriculares para a Creche (OCPC), defendendo a importância dos primeiros dias de vida na formação holística do ser humano.

3. O JARDIM-DE-INFÂNCIA

A lotação máxima de 47 crianças nesta valência (entre os 3 e os 5 anos de idade) foi assegurada desde 2010 por necessidade de resposta às crianças que rodam da valência Creche e por solicitação da Direção à Tutela. Apesar deste aumento, desde 2013 que se deixou de conseguir dar resposta à rotação das 30 crianças que vêm da sala dos 2 anos da Creche e da valência Creche Familiar. Tem sido necessário fazer uma seleção de Crianças, conforme estipula o Regulamento Interno, o que, ademais, implica a não integração de Crianças em lista de espera e a não abertura de vagas para o exterior.

Cumpriram-se, em 2025, as atividades agendadas no Plano Anual de Atividades, assim como a intencionalidade educativa enunciada em cada um dos Projetos Curriculares de Grupo elaborados. No Jardim de Infância, caracterizado pela operacionalização de um currículo próprio, a Equipa de Sala constrói, juntamente com as Crianças, as aprendizagens, destacando-se a importância de uma prática pedagógica estruturada, o que implica uma organização intencional e sistemática do processo pedagógico, exigindo a



planificação do trabalho, a avaliação do processo e os seus efeitos no desenvolvimento e na aprendizagem da Criança. Este contexto é visto como potenciador de aprendizagens plurais, seguindo as Aprendizagens Essenciais enunciadas por lei.

4. O ATELIÊ DE TEMPOS LIVRES (ATL)

Esta valência tem contratualizadas 100 vagas e apresenta um conjunto de atividades lúdico-didáticas que visam a apropriação saudável e estruturada dos tempos livres, permitindo a descoberta de Si, do Outro e do Lazer pela Diversão e pela Descoberta.

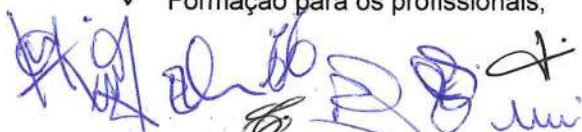
Em 2022, o ATL, por proposta da Direção, concertada com a Coordenação Técnico-Pedagógica e com a Coordenação da própria valência, alterou a sua dinâmica educativa, passando a funcionar sob um regime livre de Oficina (Oficina das Ciências, Oficina Ecológica; Oficina das Artes; Oficina do Desporto e da Saúde; Oficina da Transição Digital) que tem promovido o desenvolvimento do Trabalho de Projeto. Esta dinâmica revelou-se tão proveitosa que tem sido continuada e replicada, inclusive, noutras instituições da ilha de São Miguel. As atividades desenvolvidas em cada oficina têm um caráter mensal e partem das necessidades, da curiosidade, do interesse de cada Criança que, no final deste tempo, parte à descoberta de outra Oficina. O projeto definido/decidido por cada Grupo não é desenvolvido diariamente, mas mediante uma planificação também decidida pelas Crianças e pelos adultos de referência na sala, sendo fulcral e essencial assegurar-se tempo de «nada fazer» para a descoberta e usufruto do lazer. No final de cada ano letivo, cada um dos cinco grupos de Crianças que compõem o ATL terá passado por todas as Oficinas. O resultado final de cada projeto é traduzido em evidências de índole diversa, como os «Diários de Bordo», as «Mini-Histórias», os cartazes, as fotografias, as visitas, os convites ao exterior, entre muitas outras estratégias definidas nas planificações semanal e mensal e incluídas no PAA.

À semelhança dos anos anteriores, no período não letivo, o ATL soma-se à rotina horária geral da instituição, aumentando a carga horária de permanência dos Utentes na Instituição – a maioria das Crianças permanece durante todo o dia na valência. Adquirem importância as atividades mais dinâmicas e vocacionadas para o puro divertimento, gozo e relaxamento das Crianças, pelo que para estes momentos foram criadas as planificações «Férias&Diversão», desde 2021.

5. O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO JUVENIL

O CDIJ C.A.S.@ distingue-se pelo trabalho que desenvolve ao nível das competências pessoais, sociais, educativas e de empregabilidade em Jovens com condutas desviantes ou expostos a comportamentos de risco, numa faixa etária entre os 14 e os 21 anos, por forma a promover o desenvolvimento destas variáveis pró-sociais. Assim, para assegurar o desenvolvimento de todas estas competências, destacam-se as seguintes ações:

- ✓ Abordagem de acordo com o nível de resistência à mudança do Jovem alvo da intervenção;
- ✓ Existência de procedimentos de atuação;
- ✓ Relação de proximidade como instrumento privilegiado de mudança;
- ✓ Sistemas de interiorização/vinculação de atitudes pró-ativas;
- ✓ Existência da figura do mediador;
- ✓ Formação para os profissionais;



✓ Supervisão técnico-científica.

Durante a semana, exceto nas interrupções letivas, são várias as atividades que decorrem nos espaços concebidos como «Ateliês» que têm a sua dinâmica complementada pelas «Oficinas», sob a égide geral de um «Conecta-te». Em 2025, mantiveram-se e alargaram-se as parcerias com a Escola Secundária da Ribeira Grande e com a Escola Básica Integrada da Ribeira Grande, cujos principais objetivos são a prevenção do insucesso, do absentismo e do abandono escolar, bem como o desenvolvimento de complementos formativos não formais. Os Jovens integrados beneficiaram de atividades para a estimulação da motivação e estabilização de rotinas, através da melhoria do seu desempenho nos domínios comportamentais e cognitivos, procurando, ainda, a sua autonomia com o intuito de facilitar o seu regresso, adesão e/ou manutenção a um percurso escolar de sucesso. Alargou-se a parceria com a Escola Secundária da Ribeira Grande, acolhendo mais 16 Jovens e convidou-se a Escola Profissional das Capelas para levar a efeito a certificação de competências de Jovens no âmbito da Culinária. A valência CDIJ continua a funcionar numa das alas da antiga EB1/JI da Matriz, cedida em contrato de comodato pela autarquia e que, em setembro de 2024, viu serem iniciadas as mais que necessárias obras de manutenção do espaço que, estruturalmente, já acusava uma séria debilitação.

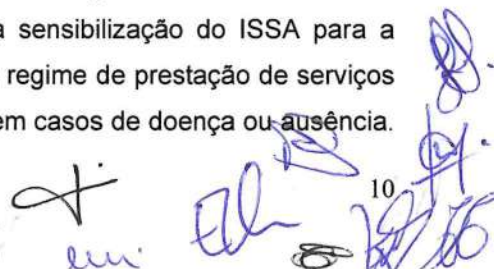
6. A CRECHE FAMILIAR

Esta valência, que desde 01 de janeiro de 2010 é enquadrada pelo C.A.S.A, manteve, em 2025, a integração e o acompanhamento a 11 (onze) Amas, originárias da zona norte da ilha de S. Miguel – concelhos de Ribeira Grande e Ponta Delgada (Capelas), respondendo a 44 (quarenta e quatro) Crianças. Mantiveram-se diretamente afetos à valência dois Colaboradores que se revelam essenciais na prossecução dos objetivos e da gestão desta área (uma Educadora de Infância e um Escriurário a tempo parcial), a par da natural imputação proporcional de outros recursos que asseguram a fluidez do serviço prestado às Famílias num espaço geográfico tão alargado. É uma valência que continua em franco crescimento, com uma procura sustentada por uma classe média-alta que vê na figura da Ama e no acompanhamento mais individualizado que é dado a um reduzido número de Crianças os principais benefícios desta resposta. Há lista de espera em quase todas as freguesias para esta valência.

A Creche Familiar tem como principal objetivo proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento integral das Crianças num clima de segurança afetiva e física, durante a sua presença no espaço educativo da Ama, através de um atendimento individualizado. Toda a gestão da valência é da responsabilidade da Instituição e é realizado através da Educadora de Infância que planifica, orienta e apoia a prática de todas as Amas. As principais linhas de orientação pedagógicas estão definidas no Projeto Educativo Institucional, tendo o CASA realizado um trabalho potencializador de uma crescente dignificação da atividade de Ama, através da reestruturação da filosofia de acompanhamento e supervisão realizadas, assim como do papel e relação Educador/Ama.

A frequência da Creche Familiar é isenta de pagamento por Decreto do Governo Regional.

O maior desafio em 2025, sem se ter alcançado qualquer solução, foi a sensibilização do ISSA para a situação de forçada e ilegal precariedade das Amas, algumas das quais em regime de prestação de serviços (vulgo, recibo verde) há mais de 20 anos, sem qualquer apoio ou reguardo em casos de doença ou ausência.



10

Paralelamente, a Direção da Instituição liderou reuniões e emitiu pareceres para a Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional dos Açores acerca deste vínculo, bem como acerca do subsídio atribuído, desde 2023, por indicação do então vice-Presidente do Governo, Dr. Artur Lima, que implica a não insenção destas profissionais e, contraditoriamente, uma maior carga contributiva. Continuamos empenhados em poder ser parte da solução, trazendo dignidade à profissão e, acima de tudo, legalidade à situação.

No âmbito desta valência, a colocação à disposição de uma viatura elétrica de sete lugares permitirá reforçar de forma significativa a capacidade de intervenção da Creche Familiar, garantindo maior proximidade, mobilidade e eficiência no acompanhamento das crianças e respetivas famílias, bem como melhores condições de apoio ao funcionamento regular desta resposta social, em termos logísticos, operacionais e de articulação com a comunidade.

Reportagem Fotográfica e Resenha de Publicações na Imprensa

Importância do brincar estará em destaque nas XVIII Jornadas da Infância

Nuno Martins Neves
nuno@meves@acuriamoriental.pt

“Brincar: A Linguagem da Infância”. Este será o mote das XVIII Jornadas da Infância, promovidas pelo C. A. S. A. - Bernardo Manuel da Silveira Estrela, na próxima sexta-feira, dia 24, no Teatro Ribeira-grandense.

Realizado anualmente, este evento “reúne profissionais da educação infantil, focando-se este ano na importância do brincar no âmbito do desenvolvimento integral das crianças e

nas novas Orientações Pedagógicas para Creche”, lê-se na nota de imprensa.

Na edição de 2025, as jornadas vão centrar-se em três temas principais: “É Preciso Coragem para Brincar - Gestão do Risco na Aprendizagem”, pela Dra. Joana Correia; “Brincar Lá Fora, Um Laboratório de Experiências para o Corpo”, com o Dr. Rui Inácio; e apresentará as “Orientações Pedagógicas para Creche: Oportunidades e Desafios” com uma das autoras, a Prof. Doutora Sara de Barros Araújo.

De acordo com a mesma nota, as Jornadas da Infância “oferecem uma oportunidade única para aprofundar conhecimentos sobre a pedagogia infantil. Este evento promove uma abordagem holística e inclusiva ao desenvolvimento infantil, enfatizando a importância de criar ambientes que suportem a aprendizagem através da brincadeira e do risco calculado”.

A participação nas Jornadas é gratuita, mas carece de inscrição prévia on-line, cujo prazo termina no dia 22, às 23h45. ■



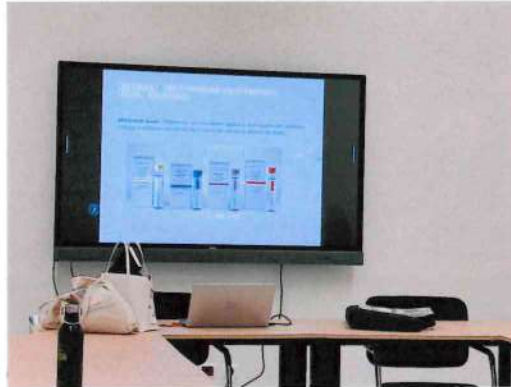
Teatro Ribeira Grande acolherá a edição deste ano das Jornadas

XVIII JORNADAS DA INFÂNCIA



[Handwritten signatures and marks]

Formações



Conselho Pedagógico



«Cantar às Estrelas»



[Handwritten signatures and initials]

Cruzada da Amizade



Celebrações Carnaval



Spartan RaceKids





Festa da Flor



Dia da Família e da Instituição



[Handwritten signatures and initials]

Festival «Brincar em C.A.S.A.»



Dormir em CASA!



[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]

«Por ilhas de bruma»



Literacia Financeira



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Investimentos

Modernização dos Vãos Edifício Sede



Equipamento Didatico Jardim Infância

Handwritten signatures in blue ink.



Viatura Creche Familiar



[Handwritten signature]
18
[Handwritten signature]

Sala de Capacitação Digital



Handwritten signatures in blue ink.

II – RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

Realizado o Balanço Geral das Atividades da Instituição ao longo de 2025, passa-se, de seguida, à apresentação do Relatório de Gestão, o qual se inicia com um breve relato explicativo da estrutura de Balanço e da estrutura de Demonstrações de Resultados, à semelhança dos anos anteriores.

2. COMENTÁRIOS AO BALANÇO

2.1. – Disponibilidades (1)

No final do exercício, os Meios Financeiros Líquidos da Instituição, compreendendo os saldos de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e instrumentos financeiros, ascendiam a €1.971.564,60. Deste montante, €291.432,93 correspondiam a depósitos à ordem, €1.029.000,00 a depósitos a prazo e €650.000,00 a instrumentos financeiros.

2.2. – Clientes (21)

O saldo da Conta de Clientes, à data de 31 de dezembro de 2025, ascendia a €6.927,27, correspondente, essencialmente, a valores correntes de utentes a receber. Ao nível das situações de cobrança duvidosa, encontrava-se registado o montante de €1.120,76, mantendo-se constituídas perdas por imparidade acumuladas no valor de €3.651,51, associadas a dívidas em processo de recuperação. Assim, estes valores de cobrança duvidosa continuam a encontrar-se integralmente refletidos nas correspondentes imparidades acumuladas, registadas na Conta 2.19 – Perdas por imparidades acumuladas.

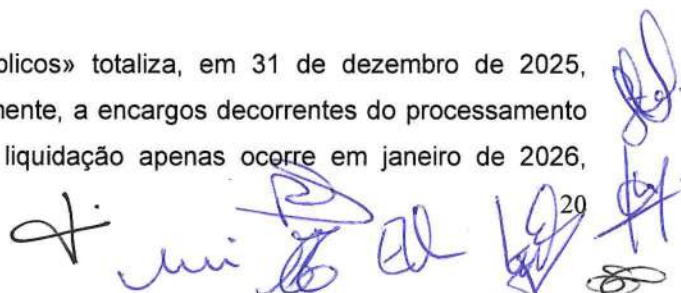
Clientes:	
Conta Corrente	6.927,27 € D
Cobrança Duvidosa	1.120,76 € D
Imparidades	3.651,51 € C

2.3. – Fornecedores (22)

À data de 31 de dezembro de 2025, a Instituição não apresentava qualquer dívida a fornecedores, verificando-se que a conta 22 - Fornecedores registava saldo zero, bem como a subconta 221 - Fornecedores c/c, a qual se encontrava igualmente com saldo zero naquela data, evidenciando o cumprimento integral e pontual das respetivas obrigações.

2.4. – Estado (24)

O valor inscrito na rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» totaliza, em 31 de dezembro de 2025, €18.946,09 a crédito. Este montante reporta-se, essencialmente, a encargos decorrentes do processamento das remunerações do mês de dezembro de 2025, cuja liquidação apenas ocorre em janeiro de 2026,



designadamente no que respeita à Segurança Social e às retenções de IRS. Trata-se de uma situação recorrente e transversal aos diferentes exercícios económicos, resultante do desfasamento temporal entre o fecho contabilístico das contas e a data de vencimento das obrigações associadas ao processamento salarial.

2.5. – Financiamentos Obtidos

À data de 31 de dezembro de 2025, a Instituição não tinha registados quaisquer financiamentos obtidos, não se verificando, por conseguinte, responsabilidades desta natureza no respetivo balancete.

2.8. – Diferimentos

Compreende:

2.8.1. – Gastos a reconhecer

O saldo desta conta corresponde a seguros pagos antecipadamente e a reconhecer como gasto no exercício de 2026, no montante de €6.516,75.

2.8. – Imobilizado (43)

O imobilizado líquido da Instituição, à data de 31 de dezembro de 2025, ascendia a €1.764.904,02.

2.9. – Capital

Outras Variações no Capital Próprio

Outras Variações nos Fundos Patrimoniais integra os montantes respeitantes a subsídios ao investimento, refletidos nos fundos patrimoniais, e reporta-se, em substância, a participações recebidas para o financiamento de investimentos, designadamente obras e equipamentos. O respetivo saldo, à data de 31 de dezembro de 2025, ascendia a €879.821,77 (oitocentos e setenta e nove mil, oitocentos e vinte e um euros e setenta e sete cêntimos). Estes subsídios são posteriormente imputados a resultados de forma sistemática, em função da vida útil dos ativos subsidiados, tendo sido reconhecido no exercício de 2025, na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimento, o montante de €100.648,60.

3. COMENTÁRIOS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O C.A.S.A. – Bernardo Manuel da Silveira Estrela encerrou o exercício económico de 2025 com um resultado líquido positivo de €36.246,20 (trinta e seis mil, duzentos e quarenta e seis euros e vinte cêntimos).

Não obstante, importa sublinhar que este resultado não corresponde, na sua totalidade, a disponibilidade efetiva da Instituição, na medida em que incorpora valores que se revelam necessários à cobertura de encargos já assumidos ou previsíveis.

Entre estes, destaca-se a necessidade de proceder à regularização dos acréscimos salariais decorrentes da aplicação do acordo de extensão relativo às remunerações dos trabalhadores, com um impacto estimado em cerca de €12.000,00, bem como a afetação de verbas ao investimento em curso respeitante à obra das



coberturas do edificado, intervenção considerada essencial para assegurar a conservação patrimonial e o normal funcionamento das respostas sociais.

No que concerne a estrutura dos resultados, esta apresenta-se no quadro abaixo:

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Vendas e serviços prestados	18		157,709.23	154,430.30
Subsídios, doações e legados à exploração	19		1,419,926.13	1,440,183.25
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20		-63,381.57	-71,723.86
Fornecimentos e serviços externos	21		-311,728.72	-349,141.05
Gastos com o pessoal	22		-1,188,385.89	-1,158,694.40
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)				
Provisões (aumentos / reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor	23		2,507.58	-10,622.70
Outros rendimentos	24		139,247.65	127,937.02
Outros gastos	25		-11,427.30	-10,699.27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			144,467.11	121,669.29
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26		-149,740.04	-131,179.74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			-5,272.93	-9,510.45
Juros e rendimentos similares obtidos	27		41,519.13	32,941.76
Juros e gastos similares suportados	27			
Resultado antes de impostos			36,246.20	23,431.31
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período			36,246.20	23,431.31

Euros

Encerrado mais um exercício económico, a Instituição mantém o seu compromisso de rigor, prudência e transparência na gestão.

Ao nível da estrutura dos rendimentos, verifica-se que a rubrica Vendas e serviços prestados ascendeu, em 2025, a €157.709,23, face a €154.430,30 em 2024, evidenciando um ligeiro acréscimo. Ainda assim, continuam a assumir particular relevância os condicionamentos associados ao contexto socioeconómico das famílias e ao regime de gratuidade em determinadas respostas sociais, com especial incidência na Creche e na Creche Familiar, circunstâncias que limitam a capacidade de crescimento da receita própria da Instituição.

Permanecem, por isso, como componente decisiva da estrutura de rendimentos os subsídios, doações e legados à exploração, que totalizaram €1.419.926,13 em 2025, embora em ligeira redução face aos €1.440.183,25 registados em 2024. Esta realidade continua a traduzir uma forte dependência das instituições relativamente aos apoios públicos, particularmente num contexto em que parte relevante da receita anteriormente assegurada pelas participações familiares foi substituída por mecanismos de financiamento determinados pela Tutela. Não sendo este o modelo mais desejável do ponto de vista da



autonomia financeira das IPSS, tem sido, na prática, o enquadramento possível face às opções de política pública seguidas neste setor.

Importa ainda referir que a forma de operacionalização do pagamento dos duodécimos, assente na média mensal de frequência de crianças, nem sempre acompanha os custos efetivos de funcionamento das respostas sociais. Com efeito, independentemente das oscilações pontuais no número de utentes, a Instituição mantém encargos estruturalmente fixos com pessoal, instalações, equipamentos, fornecimentos energéticos, serviços administrativos e apoio logístico, os quais não variam na mesma proporção da frequência mensal apurada.

Ao nível da estrutura de gastos, registam-se as seguintes notas principais. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ascendeu a €63.381,57, refletindo uma diminuição face aos €71.723,86 do exercício anterior.

Já os fornecimentos e serviços externos diminuíram para €311.728,72, comparando com €349.141,05 em 2024, traduzindo um esforço de contenção e racionalização da despesa corrente. Em sentido inverso, os gastos com o pessoal aumentaram para €1.188.385,89, face a €1.158.804,40 no exercício anterior, refletindo o impacto da atualização remuneratória, da subida dos custos laborais e, sobretudo, do esforço desenvolvido pela Direção no sentido da estabilização e qualificação do quadro de pessoal.

Acresce que os encargos com remunerações incorporam não apenas os custos diretos com trabalhadores, mas também as contribuições para a Segurança Social e os encargos associados à prestação de serviços das Amas, nos termos legalmente aplicáveis. Mantém-se, igualmente, a nota de que os Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração, prosseguindo a sua atividade em regime de gratuidade.

Os outros rendimentos totalizaram €139.247,65, acima dos €127.937,02 registados em 2024, contribuindo positivamente para o equilíbrio do exercício. Por sua vez, os outros gastos ascenderam a €11.427,30, ligeiramente acima dos €10.699,27 verificados no período homólogo.

O resultado operacional permaneceu negativo em €5.272,93, ainda assim melhorando relativamente aos €9.510,45 negativos do ano anterior. Já os juros e rendimentos similares obtidos, no montante de €41.519,13, assumiram relevância determinante no apuramento final, permitindo que o exercício encerrasse com um resultado líquido positivo de €36.246,20, superior aos €23.431,31 registados em 2024.

O exercício de 2025 evidencia uma contenção em rubricas relevantes da despesa e pelo contributo dos rendimentos financeiros. Não obstante, subsistem constrangimentos estruturais associados à forte dependência de financiamento público, à rigidez dos custos fixos de funcionamento e à pressão permanente sobre a sustentabilidade económico-financeira das respostas sociais asseguradas pelo C.A.S.A.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrado mais um exercício económico, a Direção declara ter cumprido de forma rigorosa os princípios de gestão que norteiam as boas práticas, particularmente no Serviço Público.

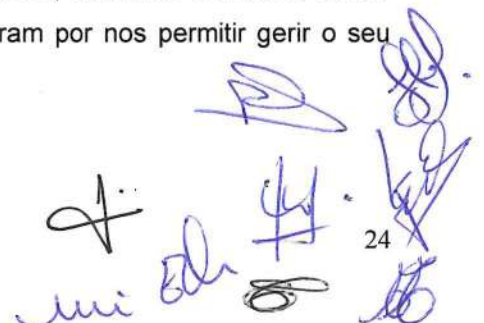
O desafio é constante e, se possível, maior que em qualquer outra época: assoberbados pelo custo elevadíssimo de todas as Mercadorias, promovendo uma cultura de Bem-Estar e de valorização dos Colaboradores e, acima de tudo, tratando das necessidades Físicas, Emocionais e Relacionais de cada Criança e Jovem com Qualidade e Igualdade é um contínuo equilíbrio numa corda bamba que não sabemos mais esticar.

De facto, promover a mais equilibrada gestão financeira em proveito da Instituição e dos seus Utentes; elevar, permanentemente, os níveis na qualidade do serviço prestado; atentar a eventuais ajustamentos na oferta das respostas sociais; não descurar oportunidades de investimento patrimonial; criar benefícios para os Associados e Utentes; diversificar e implementar outras formas e fontes de rendimento, sempre que possível e no âmbito desta Instituição não pode ser realizado por quem não está comprometido com o Bem Público.

A Direção manteve as preocupações de há largos anos no que respeita o futuro das IPSS's, continuando a encetar contactos de proximidade com a Tutela, com o Poder Local e com a Comunidade para ajuste das respostas e colmatação das necessidades.

Não obstante, é nestes exercícios de transparência e escrutínio que também se devem os louvores a quem de direito:

- ✓ aos nossos Colaboradores, elementos fundamentais para o sucesso de todo o processo de prossecução da nossa Missão, mas também fundamentais na garantia da sustentabilidade económica, cabendo a cada um, e a todos, zelar pela correta utilização dos meios e recursos colocados à sua disposição;
- ✓ às Coordenadoras e ao Diretor-Geral, pela entrega enquanto Colaboradores e pelo empenho em serem cada dia melhores na auscultação, na integração e na fluída comunicação face ao que realmente interessa: as nossas Crianças e Jovens;
- ✓ a todas as Crianças e Jovens que acolhemos diariamente e que tanto nos ajudam a crescer;
- ✓ aos Pais, Tutores e Encarregados de Educação, aos Parceiros, Fornecedores, Bolseiros e a todos os ex-Utentes que souberam fazer parte da nossa história e que muito nos honram por nos permitir gerir o seu legado;


24

✓ à Comunidade que nos acolhe e valoriza, pela sua alegria em nos ter como parte da sua estrutura e história e pelo orgulho que nos enche de ser mais uma CASA de porta aberta nesta Ribeira Grande.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS


A Direção propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, no montante de €36.246,20 (trinta e seis mil, duzentos e quarenta e seis euros e vinte cêntimos), seja transferido, na sua totalidade, para a rubrica Resultados Transitados, sem prejuízo da sua afetação material à cobertura de encargos já identificados, nomeadamente os decorrentes da regularização remuneratória associada ao acordo de extensão aplicável aos trabalhadores, estimados em cerca de €12.000,00, e ao investimento em curso relativo à obra das coberturas do edificado, a acompanhar contabilística e funcionalmente através da Área Funcional e dos respetivos Centros de Custo.


Ribeira Grande, 24 de março de 2026


A DIREÇÃO

	
_____	_____
_____	_____
	_____

A MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL






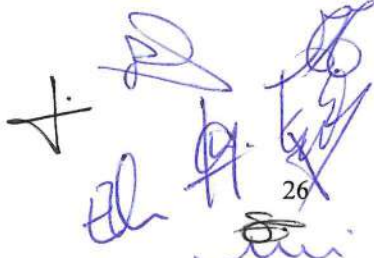


6. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do C.A.S.A. Bernardo Manuel Silveira Estrela, dá parecer favorável ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Ano 2025, visando com esta assunção a sua aprovação. O presente documento está apresentado de forma clara e concisa, seguindo a estrutura consignada no Sistema de Normalização Contabilística, refletindo um elevado grau de rigor e de responsabilidade em obediência às boas regras de gestão, bem como às disposições estatutárias em vigor, factos espelhados nos documentos contabilísticos e nas explicações dadas pela Presidente da Direção.



Hélia Helena Borges Gonçalves do Amaral
Paulo Jorge Braga dos Santos Leites


26

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ANEXOS)

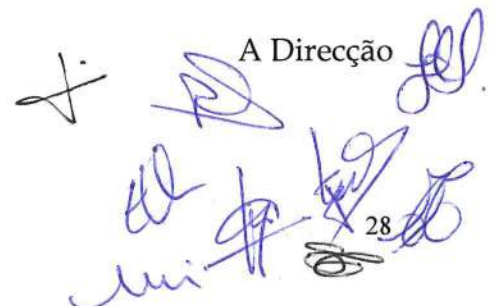


Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2025

		Euros	
RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1,752,935.81	1,706,214.20
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis	5	3,514.06	5,347.19
Investimentos financeiros	6	8,454.15	8,454.15
		1,764,904.02	1,720,015.54
Activo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	7	4,396.52	3,563.42
Estado e outros entes públicos	8	6,505.99	8,963.63
Diferimentos	9	6,516.75	11,114.56
Outros ativos correntes	10	715,406.57	785,664.82
Caixa e depósitos bancários	11	1,321,564.60	1,303,262.80
		2,054,390.43	2,112,569.23
Total do activo		3,819,294.45	3,832,584.77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	734,803.77	734,803.77
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13	2,082,028.07	2,058,596.76
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	14	879,821.77	845,557.51
		3,696,653.61	3,638,958.04
Resultado líquido do período		36,246.20	23,431.31
Total dos Fundos Patrimoniais		3,732,899.81	3,662,389.35
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	8,115.12	8,115.12
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		8,115.12	8,115.12
Passivo corrente			
Fornecedores	16		
Adiantamentos de utentes	7		20.00
Estado e outros entes públicos	8	25,452.08	28,246.04
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	9		
Outros passivos correntes	17	52,827.44	133,814.26
		78,279.52	162,080.30
Total do passivo		86,394.64	170,195.42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,819,294.45	3,832,584.77

O Contabilista Certificado

A Direcção



28

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Vendas e serviços prestados	18	157,709.23	154,430.30	
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1,419,926.13	1,440,183.25	
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-63,381.57	-71,723.86	
Fornecimentos e serviços externos	21	-311,728.72	-349,141.05	
Gastos com o pessoal	22	-1,188,385.89	-1,158,694.40	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)				
Provisões (aumentos / reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor	23	2,507.58	-10,622.70	
Outros rendimentos	24	139,247.65	127,937.02	
Outros gastos	25	-11,427.30	-10,699.27	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		144,467.11	121,669.29	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	-149,740.04	-131,179.74	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5,272.93	-9,510.45	
Juros e rendimentos similares obtidos	27	41,519.13	32,941.76	
Juros e gastos similares suportados	27			
Resultado antes de impostos		36,246.20	23,431.31	
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		36,246.20	23,431.31	

O Contabilista Certificado

A Direcção



Demonstração dos Resultados Por Funções em 31 de Dezembro de 2025

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Vendas e serviços prestados	18	157,709.23	154,430.30
Custo das vendas e dos serviços prestados	20	-612,787.47	-652,603.79
Resultado bruto		-455,078.24	-498,173.49
Outros rendimentos		1,561,681.36	1,568,120.27
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-45,006.95	-42,279.92
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-1,066,869.10	-1,037,177.31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5,272.93	-9,510.45
Gastos de financiamento (líquidos)	26	41,519.13	32,941.76
Resultado antes de impostos		36,246.20	23,431.31
Imposto sobre o rendimento do período			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		36,246.20	23,431.31

O Contabilista Certificado

A Direcção



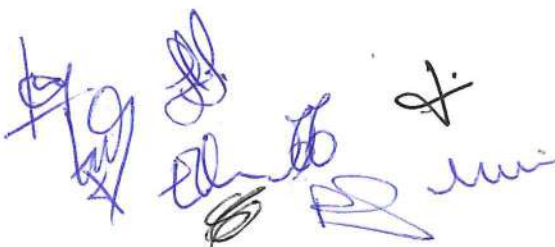
30

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorizaçã			Outras variações nos Fundos Patrimoniais
Posição no início de 2024	1	734,803.77			1,967,266.27		937,352.70	91,330.49	3,730,753.23
Saldo inicial reexpresso		734,803.77			1,967,266.27		937,352.70	91,330.49	3,730,753.23
Alterações no Período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Aplicação dos resultados de 2023	12				91,330.49			-91,330.49	
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	13						-91,795.19		-91,795.19
Resultado Líquido do Período	2				91,330.49		-91,795.19	-91,330.49	-91,795.19
Resultado Extensivo	3							23,431.31	23,431.31
	4 = 2+3							-67,899.18	-68,363.88
Operações com Instituidores no período									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
	5								
Posição no fim de 2024	6 = 1+2+3+5	734,803.77			2,058,596.76		845,557.51	23,431.31	3,662,389.35
Posição no início de 2025	6	734,803.77			2,058,596.76		845,557.51	23,431.31	3,662,389.35
Alterações no Período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Aplicação dos resultados de 2024	12				23,431.31			-23,431.31	
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	13						34,264.26		34,264.26
Resultado Líquido do Período	7				23,431.31		34,264.26	-23,431.31	34,264.26
Resultado Extensivo	8							36,246.20	36,246.20
	9 = 7+8							12,814.89	70,510.46
Operações com Instituidores no período									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
	10								
Posição no fim de 2025	11 = 6+7+8+10	734,803.77			2,082,028.07		879,821.77	36,246.20	3,732,899.81

O Contabilista
Certificado

A Direcção



Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
<i>Euros</i>				
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimento de clientes e utentes			156,856.13	147,929.25
Recebimentos de subsídios à exploração			1,419,926.13	1,440,183.25
Pagamentos a fornecedores			-375,110.29	-449,400.71
Pagamentos ao pessoal			-1,158,694.40	-1,158,694.40
	Caixa gerada pelas operações		42,977.57	-19,982.61
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento				
Outros recebimentos / pagamentos			105,806.44	79,852.20
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			148,784.01	59,869.59
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis			-172,001.34	-79,358.68
Activos intangíveis				-5,499.95
Investimentos financeiros				
Outros activos				
			-172,001.34	-84,858.63
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros activos				
Subsídios ao investimento				
Juros e rendimentos similares			41,519.13	32,941.76
Dividendos				
			41,519.13	32,941.76
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)			-130,482.21	-51,916.87
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realizações de fundos				
Cobertura de prejuízos				
Doações				
Outras operações de financiamento				
			0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				
Dividendos				
Redução de Fundos				
Outras operações de financiamento				
			0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			18,301.80	7,952.72
Efeito das diferenças de câmbio			0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período			1,303,262.80	1,295,310.08
Caixa e seus equivalentes no fim do período			1,321,564.60	1,303,262.80
		11		

O Contabilista
Certificado

A Direcção



ANEXO

Este anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro (ESNL).

1. Identificação da Entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

C.A.S.A - Centro de Apoio Social e Acolhimento Bernardo Manuel Silveira Estrela, adiante designado por C.A.S.A.

1.2 Sede

Rua Cónego Cristiano Jesus Borges, s/n, na freguesia de Matriz do concelho de Ribeira Grande

1.3 Natureza da atividade

O C.A.S.A. é uma entidade sem fins lucrativos e tem como finalidade principal o apoio à infância, juventude e família, nas áreas sociais, culturais e educacionais.

1.4 Período de relato

O período de relato é de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2025.

2. Adoção pela primeira vez da norma contabilística e de relato financeiro (“NCRF - ESNL”)

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF - ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n. 158/2009 de 13 de Julho, segundo os modelos constantes da Portaria nº 105/2011 de 14 de Março.

Devem entender-se como fazendo parte da norma as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

A Norma Contabilística de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) foi adotada pela primeira vez em 2012, tal como estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.3 Pressupostos da especialização do Exercício

O C.A.S.A regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.4 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.



3.5 Activos fixos tangíveis

Todos os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.1. Créditos a receber

As contas de “Créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de imparidade acumuladas”, de modo a reflectir a sua quantia recuperável.

3.2. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas directamente nos capitais próprios ou quando não são aplicáveis ao abrigo da isenção vigente nos termos da natureza das operações praticadas e da Instituição “C.A.S.A – Centro de Apoio Social e Acolhimento Bernardo Manuel Silveira Estrela”.

3.3. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.4. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal do “C.A.S.A”. Esta Instituição reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

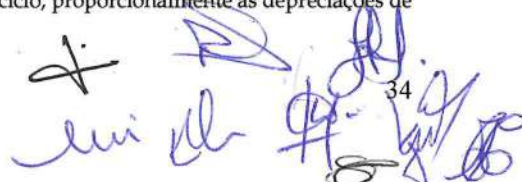
Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efectiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

3.10. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre todas as condições para a receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de projetos de investimento estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração de resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações de ativos subsidiados.



34

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados no passivo. Se a qualquer momento passarem a não reembolsáveis, serão tratados como acima descrito.

3.11. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.12. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1. Activos fixos tangíveis

A rubrica “Activos Fixos tangíveis” apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro dos anos de 2025 e 2024:

31 de Dezembro de 2024

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-24	Valor Líquido
Activos							
Terrenos e Recursos Naturais	230,316.88					230,316.88	230,316.88
Edifícios e outras construções	3,266,333.30					3,266,333.30	1,202,913.57
Equipamento básico	545,376.50	4,977.89				550,354.39	55,350.25
Equipamento de transporte	144,552.02					144,552.02	25,845.12
Equipamento administrativo	291,716.70	1,874.80				293,591.50	24,480.81
Outros activos fixos tangíveis	1,660.00					1,660.00	259.37
Investimentos em curso	94,542.21	72,505.99				167,048.20	167,048.20
	4,574,497.61	79,358.68				4,653,856.29	1,706,214.20
Depreciações acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções	1,987,843.33	75,576.40				2,063,419.73	
Equipamento básico	462,379.99	32,624.15				495,004.14	
Equipamento de transporte	103,316.12	15,390.78				118,706.90	
Equipamento administrativo	261,882.54	7,228.15				269,110.69	
Outros activos fixos tangíveis	1,193.13	207.50				1,400.63	
	2,816,615.11	131,026.98				2,947,642.09	



31 de Dezembro de 2025

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-25	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-25	Valor Líquido
Activos							
Terrenos e Recursos Naturais	230,316.88					230,316.88	230,316.88
Edifícios e outras construções	3,266,333.30	82,893.00		169,399.85		3,518,626.15	1,358,108.03
Equipamento básico	550,354.39	44,742.84				595,097.23	71,053.40
Equipamento de transporte	144,352.02	33,860.53				178,412.55	44,073.13
Equipamento administrativo	293,591.50	10,504.97				304,096.47	29,056.97
Outros activos fixos tangíveis	1,660.00					1,660.00	51.87
Investimentos em curso	167,048.20	22,627.18		-169,399.85		20,275.53	20,275.53
	4,653,856.29	194,628.52				4,848,484.81	1,752,935.81
Depreciações acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções	2,063,419.73	97,098.39				2,160,518.12	
Equipamento básico	495,004.14	29,039.69				524,043.83	
Equipamento de transporte	118,706.90	15,632.52				134,339.42	
Equipamento administrativo	269,110.69	5,928.81				275,039.50	
Outros activos fixos tangíveis	1,400.63	207.50				1,608.13	
	2,947,642.09	147,906.91				3,095,549.00	

Nos valores indicados em aquisições no exercício, 146,437.79 € referem-se aos projetos do Prorural para a empreitada e requalificação dos vãos, aquisição de viatura elétrica Peugeot, aquisição de equipamento didático e aquisição de equipamento informático, e serão apoiados a 100%.

2. Activos intangíveis

A rubrica “Activos Fixos tangíveis” apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro dos anos de 2025 e 2024:

31 de Dezembro de 2024

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-24	Valor Líquido
Activos						
Projectos de desenvolvimento						
Programas de computadores		5,499.95			5,499.95	5,347.19
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis						
		5,499.95			5,499.95	5,347.19
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento						
Programas de computadores		152.76			152.76	
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis						
		152.76			152.76	

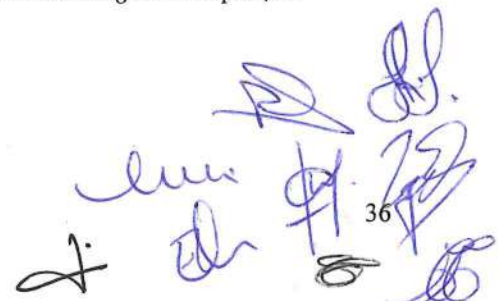
31 de Dezembro de 2025

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-25	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-25	Valor Líquido
Activos						
Projectos de desenvolvimento						
Programas de computadores	5,499.95				5,499.95	3,514.06
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis						
	5,499.95				5,499.95	3,514.06
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento						
Programas de computadores	152.76	1,833.13			1,985.89	
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis						
	152.76	1,833.13			1,985.89	

3. Participações Financeiras - outros métodos e Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Participações Financeiras - outros métodos apresentava a seguinte composição:

31 de Dezembro de 2024



36

Participações	Ao justo valor	Ao custo	Subtotal	Perdas por imparidade	Saldo
Mutualista Açoreana, SA		139.66	139.66		139.66
Fundo Compensação Trabalho		8,290.28	8,290.28		8,290.28
		8,429.94	8,429.94		8,429.94

Outros Activos Financeiros	Ao justo valor	Ao custo	Subtotal	Perdas por imparidade	Saldo
Obrig. Tesouro - Certificados Renda Perpétua		24.21	24.21		24.21
		24.21	24.21		24.21

31 de Dezembro de 2025

Participações	Ao justo valor	Ao custo	Subtotal	Perdas por imparidade	Saldo
Mutualista Açoreana, SA		139.66	139.66		139.66
Fundo Compensação Trabalho		8,290.28	8,290.28		8,290.28
		8,429.94	8,429.94		8,429.94

Outros Activos Financeiros	Ao justo valor	Ao custo	Subtotal	Perdas por imparidade	Saldo
Obrig. Tesouro - Certificados Renda Perpétua		24.21	24.21		24.21
		24.21	24.21		24.21

Estas participações encontravam-se valorizadas ao preço de custo.

4. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de “Créditos a receber” em dívida apresentava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Utentes				
Utentes conta corrente		6,927.27		3,563.42
Utentes de cobrança duvidosa		1,120.76		3,651.51
		8,048.03		7,214.93
Perdas por imparidade acumuladas		3,651.51		3,651.51
		4,396.52		3,563.42


Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Utentes gerais	Grupo / relacionados	Utentes gerais	Grupo / relacionados
Utentes				
Utentes conta corrente	6,927.27		3,563.42	
Utentes de cobrança duvidosa	1,120.76		3,651.51	
	8,048.03		7,214.93	

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 91 dias	Total
Utentes conta corrente	6,927.27				6,927.27
Utentes outros				1,120.76	1,120.76
	6,927.27			1,120.76	8,048.03

O saldo de utentes conta corrente encontra-se recebido à data do presente relatório.

5. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:



Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	1,539.39	3,997.03
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4,966.60	4,966.60
Outros impostos e taxas		
	6,505.99	8,963.63
Passivo		
Imposto s/rend. das pess. colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3,941.53	3,999.13
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	3,319.99	4,948.42
Segurança Social e Caixa Geral Aposentaç.	18,190.56	19,298.49
Outros impostos e taxas		
	25,452.08	28,246.04

6. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	6,516.75	11,114.56
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
	6,516.75	11,114.56
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer (D.R.E)		
Outros rendimentos a reconhecer		

7. Outros ativos correntes

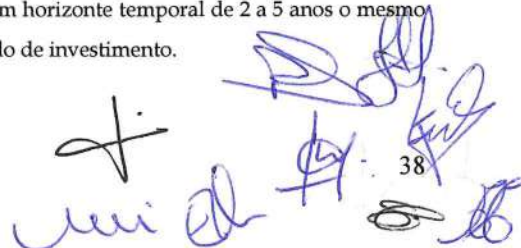
Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Outros ativos correntes” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Instrumentos financeiros		650,000.00		647,492.42
Comparticipação ISSA - Retroativos Amas				
Comparticipação ISSA - Subsídio de Férias		50,995.62		132,589.97
Outros Devedores e Credores:				
Prorural +-7.4.1-FEADER - 004104 - Construções e arranjos		6,948.60		
Prorural +-7.4.1-FEADER - 004105 - Viatura		2,201.43		
Outros Devedores		5,260.92		5,582.43
Adiantamento Renda				
		715,406.57		785,664.82
Perdas por imparidade acumuladas				
		715,406.57		785,664.82

O valor registado na rubrica “Comparticipação ISSA – Retroativos Amas” diz respeito ao acréscimo dos retroativos das Amas referentes a 2023 recebidos no dia doze de janeiro de 2024.

O valor registado na rubrica “Comparticipação ISSA – Subsídio de Férias” diz respeito ao acréscimo das férias, subsídio de férias e encargos com férias, referentes ao ano de 2025 a receber no ano de 2026, aquando do respetivo pagamento aos funcionários.

No mês de Dezembro de 2021, o C.A.S.A. registou em “Instrumentos Financeiros” o valor de 650,000.00€, referente à aquisição de unidades de participação em fundo de investimento do Banco Santander, numa perspectiva de investimento a m/l prazo de forma a melhor rentabilizar e diversificar as suas aplicações financeiras. Apesar o investimento ter um horizonte temporal de 2 a 5 anos o mesmo valor pode ser resgatado a qualquer altura. A entidade mantém a subscrição no referido fundo de investimento.



38

8. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Caixa	1,131.67	530.82
Depósitos à ordem	291,432.93	92,731.02
Depósitos à prazo	1,029,000.00	1,210,000.96
Outras		
	1,321,564.60	1,303,262.80

9. Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2025 o património ou Fundo Social inicial da Instituição atingia o valor de 734.803,77 euros, e encontrava-se integralmente realizado. Este valor não registou qualquer variação entre os exercícios de 2025 e 2024.

10. Resultados Transitados

O valor da rubrica de “Resultados Transitados” resulta da aplicação de resultados dos anos de 2025 e 2024.

Rúbricas	
Saldo a 01-Jan-24	1,967,266.27
Saldo inicial	1,967,266.27
Alterações no período (2024)	91,330.49
Saldo em 31-Dez-24	2,058,596.76
Alterações no período (2025)	23,431.31
Saldo em 31-Dez-25	2,082,028.07

11. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	Subsídio ao investimento	Imposto diferido	Valor líquido
Saldo inicial	937,352.70		937,352.70
Aumentos			
Transferência	-91,795.19		-91,795.19
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	845,557.51		845,557.51
Aumentos	135,614.26		
Transferência	-101,350.00		-101,350.00
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	879,821.77		879,821.77

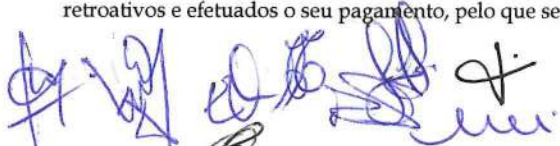
As transferências registadas referem-se à imputação anual dos subsídios a rendimentos do exercício.

Não foram calculados impostos diferidos em virtude dos mesmos não serem aplicáveis à Instituição.

12. Provisões

No exercício de 2015 foi constituída uma provisão no valor de 8,115.12 € sobre as ações do Banif, a qual se mantém, considerando que as ações perderam o seu valor dado o processo de resolução a que o Banco BANIF foi alvo. O valor de aquisição dessas ações encontra-se registado na rubrica “Investimentos Financeiros” (ver nota 31).

No final do exercício de 2021 foi constituída uma provisão no valor de 137,049.22 € para fazer face à estimativa dos retroativos e encargos com a segurança social de sete Educadoras referentes aos anos de 2018 a 2021. No exercício de 2022 foram processados os referidos retroativos e efetuados o seu pagamento, pelo que se reverteu a provisão no valor de 137,049.22 €.



13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Fornecedores” não registava valores em dívida.

14. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos				
Outras contas a pagar				
Férias e Subs. Férias		41,697.18		108,413.70
Encargos sociais		9,298.44		24,176.27
Juros a liquidar				
Outros acréscimos de gastos		405.01		181.83
Outros devedores e credores		1,426.81		1,042.46
		52,827.44		133,814.26

O valor registado na rubrica “Outras contas a pagar - Férias, Subsídio de Férias e Encargos Sociais” diz respeito ao acréscimo dos gastos com férias, subsídio de férias e encargos com férias gasto do exercício de 2025, a serem pagos no ano de 2026.

O valor registado na rubrica “Outros acréscimos de gastos” refere-se ao valor do IMI gasto de 2025 a pagar em 2026.

15. Quotas, vendas e prestação de serviços

A 31 de Dezembro dos anos de 2025 e de 2024 estas rubricas apresentavam os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Quotas e Jóias	3,545.00	4,780.00
Vendas		
Prestação de serviços	154,164.23	149,650.30
Mensalidades Creche	2,977.34	3,899.17
Mensalidades Jardim de Infância	55,290.82	50,993.08
Mensalidades Activ. Tempos Livres	95,386.07	93,632.90
Mensalidades Rede Amas		274.81
Aluguer de Espaços	510.00	850.34
	157,709.23	154,430.30

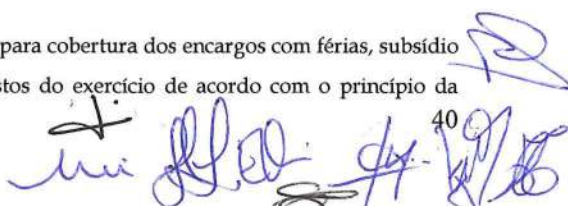
16. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” apresentava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
ISSA - Instituto para o Desenvolvimento dos Açores	1,280,845.70	1,205,601.02
Direcção Regional da Educação e Formação	45,800.00	43,000.00
Direcção Regional da Juventude	1,909.00	3,703.50
Estimativa Férias ISSA	50,995.62	132,589.95
Direção Regional Solidariedade Social		
Fundo Regional Emprego	24,012.71	29,913.78
Município da Ribeira Grande	6,575.00	25,075.00
Direção Reg.Promoção da Igualdade e Inclusão Social	2,908.20	
Projeto TransformAR-te		300.00
Programa (RE)AGE	6,879.90	
	1,419,926.13	1,440,183.25

Na rubrica “ISSA - Instituto para o Desenvolvimento dos Açores” está refletido o valor recebido a doze de janeiro de 2024 referente aos retroativos da Amas, rendimento do exercício de 2023.

O valor registado na rubrica “Estimativa Férias -ISSA” diz respeito à estimativa do valor para cobertura dos encargos com férias, subsídio de férias e encargos com férias a serem pagos no ano de 2026, mas considerados gastos do exercício de acordo com o princípio da



40

especialização do exercício (nota 3.3). O valor indicado de 50.995,62 não foi assim recebido no ano de 2025, sendo recebido em duodécimos ao longo de 2026.

17. Custo das Mercadorias Vendidas

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Custo das Mercadorias vendidas” apresentava a seguinte variação:

Rúbricas	31-Dez-25			31-Dez-24		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro						
Regularizações						
Compras						
Custo de Matérias Consumidas	63,381.57		63,381.57	71,723.86		71,723.86
Saldo final em 31 de Dezembro	-63,381.57			-71,723.86		-71,723.86

O valor registado em custo de matérias consumidas diz respeito às refeições dos utentes.

18. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentava os seguintes valores nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Subcontratos		
Serviços especializados	235,178.94	254,872.14
Materiais	26,582.80	48,352.89
Energia e fluidos	17,951.50	19,112.68
Deslocações, estadas e transportes	5,774.01	978.13
Serviços diversos	26,241.47	25,825.21
<i>Comunicação</i>	5,525.52	4,002.82
<i>Seguros</i>	8,511.96	5,351.84
<i>Limpeza Higiene e Conforto</i>	12,188.99	13,398.53
	311,728.72	349,141.05

19. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	967,205.88	938,154.56
Encargos sobre remunerações	210,962.73	214,438.01
Seguros	9,277.28	3,870.83
Outros gastos com pessoal	940.00	2,231.00
	1,188,385.89	1,158,694.40

Em 31 de Dezembro de 2025, a Instituição contava com 48 funcionários no quadro (6 funcionários ao abrigo da Medida de Apoio Contratar), 11 funcionários ao abrigo do programa CTTS, 1 funcionário ao abrigo do programa SEI. Em 31 de Dezembro de 2024, a Instituição contava com 57 funcionários no quadro (6 funcionários ao abrigo da Medida de Apoio Contratar), 1 estagiário, 4 funcionários ao abrigo do programa CTTS e 1 funcionário ao abrigo do programa SEI.



Os Órgãos Sociais não foram remunerados. De referir que o valor de encargos sobre remunerações inclui o valor das contribuições para a Segurança Social das Entidades Contratantes 10% sobre o valor dos recibos verdes das Amas.

20. Aumentos/reduções de justo valor

A rúbrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-25			31-Dez-24		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	2,507.58		2,507.58		10,622.70	10,622.70
	2,507.58		2,507.58		10,622.70	10,622.70

Em dezembro de 2025 foi registado um ajustamento (aumento) nos instrumentos financeiros, no sentido de repor o valor inicialmente investido, considerando a valorização registada em 31 de dezembro de 2025 e de acordo com o princípio da prudência, face ao risco de capital de associado. Em dezembro de 2024, o ajustamento (redução) registado nos instrumentos financeiros, decorreu da perda de valor abaixo do capital investido, com base na cotação registada naquela data.

21. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foram como segue:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Restituição Custas Processo Judicial		
Donativos, Quotizações e Seguros	14,443.04	27,157.17
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	10,798.86	6,293.40
Subsídios ao investimento	100,648.60	91,795.19
Correcções relativas a exercicios anteriores	476.55	
Excesso da estimativa para impostos		
Restituição Impostos - Consignação IRS	2,137.22	1,584.54
Restituição Impostos - Consignação IVA		29.17
Restituição Impostos - IVA	10,743.38	1,077.55
Outros rendimentos e ganhos		
	139,247.65	127,937.02

O valor dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros referem-se às rendas recebidas dos prédios rústicos.

22. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foram como segue:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Donativos concedidos		200.00
Bolsas de estudo	9,714.44	9,428.60
Impostos	1,134.86	763.48
Quotizações	525.00	50.00
Multas e Penalidades	52.97	
Correcções relativas a exercicios anteriores	0.03	257.19
Outros gastos e perdas		
	11,427.30	10,699.27

Os valores indicados em impostos referem-se ao imposto de selo, e outras taxas.

23. Gastos com depreciações

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, os gastos com depreciações e amortizações registaram os seguintes movimentos:

Rúbricas	31-Dez-25			31-Dez-24		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento						
Activos fixos tangíveis	149,740.04		149,740.04	131,179.74		131,179.74
Activos intangíveis						
	149,740.04		149,740.04	131,179.74		131,179.74

A instituição utiliza o método das quotas constantes e as taxas conforme indicado na nota 3.4.



24. Juros e rendimentos similares

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, os juros obtidos foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	41,519.13	32,974.76
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
	41,519.13	32,974.76

Do saldo registado em juros obtidos, o valor de 8.796,54 € diz respeito à aplicação financeira “Santander rendimento”, sendo o valor remanescente resultante de juros de depósitos a prazo.

25. Partes Relacionadas

Não existiram transacções com entidades relacionadas.

Não existiram remunerações ao pessoal chave de gestão (órgãos sociais) conforme descrito na nota 21.

O Contabilista
Certificado

A Direcção



C.A.S.A. Bernardo Manuel Silveira Estrela

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro de Apoio Social e Acolhimento - C.A.S.A. - Bernardo Manuel Silveira Estrela, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do artigo 14.º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, as contas relativas ao exercício de 2024, foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta instituição, <https://casabmse.pt/static/relatorio.php>, até 31 de maio do ano seguinte ao exercício.
2. De acordo com o estabelecido no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada a adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício **de ano do exercício** a entidade:
 - Realizou obras de montante superior a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras de montante superior a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras de montante superior a 25.000 €, pelo que não se aplica o artigo 23.º.
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o artigo 23.º.
3. Temos conhecimento de que a aquisição de bens ou serviços, objeto de apoio através de **Contrato de Cooperação Valor Investimento (CCVI)** ou de **Contrato de Cooperação Valor Eventual (CCVE)**, de valores superiores a 15.000 €, está sujeita a à aplicação do Código dos Contratos Públicos e/ou Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, assim como à respetiva publicação no Base-Portal dos Contratos Públicos.

Ribeira Grande, 24 de março de 2026

A Direção,



Maria de Lurdes Teixeira Moreira Alfinete

